



Senado aprova permissão para médico militar trabalhar no SUS



Renan Calheiros (D) conduz a sessão em que os senadores aprovaram a PEC que permite a médico militar atuar no SUS

Projeto tem como objetivo garantir atendimento médico à população de cidades do interior que não contam com profissionais de saúde na rede pública

O Plenário aprovou a proposta de emenda constitucional que permite aos médicos das Forças Armadas atuar também no Sistema Único de Saúde (SUS), em horários alternados. A votação foi acertada na reunião de terça-feira entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes

partidários. O objetivo da medida, que segue para a Câmara, é fortalecer o Programa Mais Médicos. O governo espera que, com a iniciativa, estados e municípios possam contratar 6 mil médicos militares. A sessão de ontem foi acompanhada pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. 7

Proposta sobre perda de mandato recebe três emendas 3

Juíza defende direito de casais homossexuais gerarem filhos 8

Críticas ao marco da mineração surpreendem senadores 4

Senado fará primeira audiência de iniciativa popular 6

Aberta exposição sobre primórdios do Legislativo brasileiro 2

Orçamento impositivo deve ter prioridade na pauta

A proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo deverá ter prioridade também no Senado, afirmou o

presidente da Casa, Renan Calheiros. Segundo ele, a PEC pode representar o “fim do toma lá dá cá” nas relações entre Congresso e

Executivo sobre emendas. Líderes governistas, no entanto, afirmaram que, em caso de aprovação, o governo deverá recorrer ao STF. 3

País pode universalizar ensino básico, diz secretário

O secretário de Educação Básica, Romeu Caputo, disse que o governo tem condições de cumprir, até 2016, meta que determina a universalização do ensino básico para brasileiros de 4 a 17 anos. Ele debateu, na Comissão de Educação, o Programa Pró-Infância para construção de creches e pré-escolas. 5



Romeu Caputo, Cícero Lucena, Mariza Abreu e José Carlos Wanderley em debate na CE sobre o Programa Pró-Infância



Salgados e refrigerantes estão entre os vilões da saúde: proposta obriga governo a promover alimentação saudável

Aprovado texto que incentiva alimentação saudável

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou um projeto que, como medida de promoção da saúde, obriga o governo a realizar ações que incentivem crianças e adolescentes a consumir alimentos saudáveis. A proposta agora será analisada pelos deputados federais. 5



A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, entre Sérgio Sampaio, diretor-geral da Câmara, e o deputado Henrique Alves (D)

Aberta exposição sobre os 190 anos do Legislativo

Mostra está dividida em cinco módulos temáticos e destaca momentos importantes da história brasileira que repercutem ainda hoje; visitação pode ser feita todos os dias, inclusive feriados

O CONGRESSO NACIONAL abriu ontem a exposição *O Império em Brasília — 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, que retrata os primórdios do Legislativo brasileiro.

A mostra, em exibição no Salão Negro, reúne 54 obras, entre esculturas, pinturas, objetos decorativos, armas, condecorações e manuscritos pertencentes ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis (RJ). O evento é promovido pela Câmara e pelo Senado, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a Fundação Armando Alvares Penteado (Faap).

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, afirmou que a exposição é um marco e será prestigiada por quem tem interesse em visitar o Congresso Nacional e conhecer a história do país.

Já o presidente do Ibram, Angelo Oswald, destacou que a exposição, além de celebrar os 190 anos da criação do Parlamento brasileiro, a partir da Constituinte de 1823, também assinala os 190 anos “da ideia da nova capital” com o nome de Brasília, como sugerido pelo líder político José Bonifácio.

Para a presidente do

Conselho de Curadores da Faap, Celita Procópio de Carvalho, a exposição reflete o passado e constitui oportunidade única de compartilhar a memória e preservar a identidade cultural. Ela destacou que a mostra reúne objetos de valor simbólico e artístico e reconstitui aspectos relacionados a diversas fases do país.

Com entrada franca, a exposição pode ser visitada todos os dias da semana, das 9h às 17h, até o dia 20 de outubro. Escolas podem agendar visitas guiadas pelo telefone 0800 619619 ou pelo e-mail exposicoes@camara.leg.br.

Votação do texto preliminar da LDO fica para hoje

Foi adiada para hoje, às 9h, a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) em que deve ser votado o relatório preliminar da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias

para 2014. O encontro estava previsto para ocorrer ontem.

Após a aprovação do parecer preliminar, será aberto o prazo para apresentação de emendas. Em seguida, a comissão

votará o relatório final, que deverá ser aprovado em sessão do Congresso Nacional para virar lei. A reunião da CMO será realizada no Plenário 2.

(Da Agência Câmara)

Richa agradece empréstimo ao Paraná

Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, o governador do Paraná, Beto Richa, agradeceu a autorização da Casa para operação de crédito externo entre o estado e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

O empréstimo de até US\$ 350 milhões foi aprovado em março e se destina a financiar parcialmente o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

O empréstimo, de acordo com o governador, deve ser aplicado em ações nas áreas de agricultura, meio ambiente, saúde e educação.

Após a visita, Beto Richa comentou a expectativa com relação à derrubada de liminar que suspendeu a Emenda Constitucional 73, promulgada neste ano pelo Congresso, que cria tribunais



Beto Richa disse a Renan que recursos vão financiar projeto de desenvolvimento

regionais federais em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

A liminar foi concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que já se manifestou contra os novos órgãos.

— Os argumentos são todos favoráveis. Imaginávamos

que estava tudo certo [com a promulgação], mas de repente uma liminar impede a implantação desses tribunais que comemoramos tanto. Os tribunais federais estão sobrecarregados e é fundamental a criação desses quatro tribunais para desafogar esses processos judiciais — disse Richa.

Mesa cria cargo de coordenador da Procuradoria Parlamentar

A Mesa do Senado aprovou ontem projeto de resolução que cria o cargo de coordenador da Procuradoria Parlamentar, órgão que tem a função de defender a imagem do Senado. A informação é do relator da proposta na Mesa, Ciro Nogueira (PP-PI).

A procuradoria foi criada em 1995, mas nunca teve um coordenador. O projeto (PRS 22/2013), que havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) em junho, segue para o Plenário da Casa.

A iniciativa de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) estabelece que o coordenador será escolhido entre os membros da procuradoria pelo presidente do Senado e terá mandato de dois anos.

Para ele, a criação do cargo de coordenador dará mais efetividade aos trabalhos da procuradoria, “que ainda encontra grande dificuldade para cumprir suas obrigações institucionais”.

Plenário aprova criação da Medalha Ulysses Guimarães

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução que cria a Medalha Ulysses Guimarães. A medalha leva o nome do presidente da Assembleia Nacional Constituinte porque será concedida em

comemoração aos 25 anos da promulgação da Constituição de 1988.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) é autor do projeto, relatado por Pedro Simon (PMDB-RS) na Comissão de Educação (CE).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Plano Nacional de Viação

14h Projeto que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação é um dos itens da pauta da sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Ministros do Turismo e do STJ

11h O senador Renan Calheiros recebe o ministro do Turismo, Gastão Vieira; às 12h, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão; às 15h30, o senador Paulo Davim, acompanhado pelos presidentes da Associação Médica Brasileira, Florentino Cardoso; da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho; e do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Ávila. Preside a ordem do dia às 16h.

CRA Mercado de sementes

8h30 Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa o domínio de grandes grupos multinacionais sobre o mercado de sementes.

EXPOSIÇÃO Império em Brasília

9h–17h Exposição *O Império em Brasília — 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, no Salão Negro do Congresso. A mostra está aberta ao público até o dia 20 de outubro.

CRE Estatuto do Estrangeiro

10h Em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, proposta que altera o Estatuto do Estrangeiro para estabelecer nova regra para a prisão preventiva em casos de extradição.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30, audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Orçamento impositivo deve ter prioridade no Senado

Na Câmara, votação da PEC em Plenário foi adiada para terça-feira. Renan disse que proposta chegará ao Senado com muita força e pode pôr fim ao “toma lá dá cá” nas relações entre Congresso e Executivo

SE APROVADA PELO Plenário da Câmara dos Deputados, a proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo deverá ter prioridade também no Senado, disse o presidente da Casa, Renan Calheiros. Segundo ele, a PEC 565/2006 “chegará com muita força ao Senado”.

Para o senador, a medida pode representar o “fim do toma lá dá cá” nas relações entre Congresso e Executivo sobre emendas parlamentares.

— Se você estabelece uma regra, você estabiliza, você desfaz a relação toma lá dá cá e isso é muito bom para a política brasileira, que o povo quer ver depurada — argumentou.

Após os deputados terem aprovado em comissão especial a PEC do Orçamento Impositivo, ela passará por votação em dois turnos no Plenário da Câmara antes de seguir para o Senado. O primeiro turno de votação estava marcado para ontem, mas foi adiado para a próxima terça. Se a PEC for aprovada no Congresso, o Executivo será obrigado a liberar os recursos de todas as emendas parlamentares ao Orçamento.

Em Plenário, Ana Amélia (PP-RS) defendeu a PEC.

— O atual modelo orçamentário é uma peça de ficção.



Renan e Ana Amélia defendem proposta sobre liberação de recursos de emendas



A União faz o que bem entende sobre as decisões do Congresso, inclusive, claro, em relação às emendas parlamentares. E não é somente este governo, todos os governos — pontuou.

Brechas para gastos

A senadora lembrou que, atualmente, o Orçamento é autorizativo, ou seja, o governo pode cumprir ou não a previsão aprovada pelo Congresso para gastos não obrigatórios.

— Está claro e evidente que o atual modelo orçamentário abre brechas para gastos excessivos ou má aplicação dos recursos públicos. Sabe-se que é uma ilusão um orçamento completamente impositivo, em que todo gasto será feito exatamente como planejado.

Alguns gastos não programados podem surgir. São as chamadas emergências — disse.

Ana Amélia afirmou ainda que, hoje, mesmo que deputados e senadores apresentem emendas para favorecer estados e municípios, prefeituras podem ficar sem o dinheiro prometido para a melhoria de projetos básicos de saúde, educação, saneamento e infraestrutura, por determinação e vontade do governo federal.

— É um atraso institucional, um desrespeito ao trabalho dos senadores e deputados que estão aqui para ajudar na liberação de recursos federais para as cidades e estados, além de contribuir para a aprovação de propostas legislativas. É a nossa missão, nossa responsabilidade constitucional — afirmou.

Três emendas à PEC da perda do mandato

Três emendas foram apresentadas, até ontem, à proposta de emenda à Constituição (PEC 18/2013) que determina a perda automática de mandato parlamentar em caso de condenação judicial definitiva por improbidade administrativa ou crimes contra a administração pública.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), já havia decidido acolher a emenda de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), mas não teve condições de analisar as sugestões de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a tempo de liberar a matéria para votação.

Além de acrescentar os crimes hediondos à lista de motivos para perda de mandato, a emenda de Rodrigues condiciona a punição — na condenação por improbidade — à imposição da pena de perda do cargo ou da função pública pela Justiça.

— Sempre fui favorável à PEC 18/2013 e o meu objetivo, com a emenda, é evitar sua contestação por uma Adin [ação direta de inconstitucionalidade] — afirmou



Pedro Taques, Aloysio Nunes e Antonio Carlos Rodrigues, ontem na CCJ

Rodrigues, que chegou a sugerir a realização de audiência pública sobre a matéria.

Antes de defender suas emendas, Aloysio Nunes elogiou as mudanças sugeridas por Rodrigues, que teriam aperfeiçoado tanto a PEC 18/2013 quanto o substitutivo de Braga. O tucano considerou pertinente inserir mais uma motivação para perda automática do mandato: condenação criminal regulada pelo Código Penal que implique perda ou suspensão de direitos políticos. Também recomendou a fixação de prazo de 72 horas

para Câmara ou Senado declararem a perda do mandato.

Por sua vez, Pedro Taques (PDT-MT) apontou uma distorção na PEC: a incompatibilidade com o artigo 15 da Constituição, que inclui a condenação criminal transitada em julgado entre as hipóteses causadoras de perda ou suspensão de direitos políticos.

— Como é possível exercer um mandato eletivo se teve suspensão de direitos políticos? — indagou Taques, que pretende chegar a um entendimento sobre a questão com o relator.

Se proposta for aprovada, governo recorrerá ao STF, afirmam líderes

Para os líderes do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), e do PT, Wellington Dias (PI), o governo não está disposto a aceitar regras de execução impositiva de emendas parlamentares que afetem o controle sobre a execução do Orçamento. Se esse for o resultado da proposta que está sendo examinada na Câmara dos Deputados, eles afirmam que a judicialização da matéria será inevitável.

— Não tenho nenhuma dúvida de que isso irá ocorrer — afirmou Wellington Dias, apostando que o governo levará o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O líder petista observa que as emendas parlamentares representam apenas uma sugestão ao Executivo. A

seu ver, de modo mais rigoroso, tornar impositiva a execução das despesas seria uma medida “claramente inconstitucional”. Conforme sua avaliação, não pode haver imposição dos gastos, pois o Orçamento é apenas um plano de despesas, sem plena garantia das receitas correspondentes.

Com base nisso, Wellington Dias afirma que o Senado terá que olhar o tema “de forma sensata”. Para o senador, a Casa tem uma vantagem para abordar o assunto com responsabilidade para com o país: conta com membros que já foram ministros, governadores e até presidentes da República, ou seja, pessoas que já administraram orçamentos.

Lei da Ficha Limpa poderá valer também para cargo comissionado

Os critérios de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa também deverão ser observados para o preenchimento de cargos comissionados nos gabinetes dos senadores, nas lideranças partidárias e na Mesa da Casa. É o que prevê o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 5/2012, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria segue para análise da Comissão Diretora e, em seguida, ao Plenário.

Pela Lei da Ficha Limpa (Lei 135/2010 — Complementar), basta uma sentença colegiada (proferida por mais de um juiz), antes mesmo de se esgotarem todos os recursos, para tornar inelegível quem for condenado por diversos

tipos de crimes. No caso de condenação definitiva, a pessoa só pode voltar a concorrer depois de oito anos após o cumprimento da pena.

O PRS 5/2012 adota esses e outros impedimentos da Ficha Limpa também como critérios para as nomeações de funcionários comissionados. A proposta foi apresentada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Pedro Taques (PDT-MT).

Para eles, a Ficha Limpa é um marco que deve servir não apenas para os que se submetem ao voto, mas para o acesso a qualquer função na esfera estatal. Eles consideram que a medida representa um “pacto” da sociedade contra práticas que comprometem a democracia.

Humberto destaca pesquisa que revela apoio à reforma política

Humberto Costa (PT-PE) comentou pesquisa sobre a reforma política encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Segundo ele, 85% da população querem a reforma política e 84% desejam que as novas regras já valham para as eleições do ano que vem.

De acordo com o parlamentar, 78% querem o fim da doação de recursos por empresas privadas, índice que chega a 84% se forem contados somente os moradores das regiões periféricas ou com renda familiar de até um salário mínimo.

— Isso mostra como o

povo é inteligente. Empresa não vota. E quais são as empresas que financiam as campanhas? As que têm interesse direto na relação com o Estado — afirmou.

Ele disse que irá lutar para que seu partido adote a proposta da OAB, de financiamento privado sem participação de empresas e com limites de contribuição.



Para senador, pesquisa “mostra como o povo é inteligente”

Regulação da produção mineral é tema complexo e especialistas esperam que projeto deixe de tramitar com urgência, conforme sinalizou ministro de Minas e Energia

Audiência evidencia limites de proposta para mineração

SENADORES DA COMISSÃO de Infraestrutura do Senado (CI) se mostraram surpresos com críticas ao novo marco regulatório da mineração feitas pelos participantes da audiência pública de ontem. A reunião, que tratava da modernização da legislação mineral, mostrou que não houve um diálogo entre o governo federal, autor da proposta de modificação do código, e os setores envolvidos.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), disse que ficou profundamente impactado com a falta de conexão entre o setor mineral, a sociedade civil e o governo federal. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu que a comissão explore os contraditórios apresentados na audiência pública.

Os senadores e palestrantes também manifestaram expectativa de que a presidente Dilma Rousseff retire a urgência da tramitação do projeto, conforme sinalizou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em audiência na segunda-feira, na comissão.



Representante do Pará, Maria Amélia alerta a Collor sobre "armadilha da commodity"

A proposta (PL 5.807/2013) pretende elevar a participação do setor mineral no produto interno bruto do país, que hoje é de apenas 4%. A complexidade do tema fez com que, apenas na Câmara, a proposta já recebesse 372 emendas.

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Coura, disse que sugeriu uma emenda para que os produtos exportados não tenham a mesma Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem) de produtos com valor agregado.

— Uma empresa que transforma o seu minério em ferro-gusa e em aço não pode ter a mesma Cefem da exportação.

Senão nós não faremos o papel de estimular a agregação de valor à mineração no Brasil — afirmou Coura.

Para a secretaria-adjunta de Indústria, Comércio e Mineração do Pará, Maria Amélia Enríquez, o Brasil caiu na "armadilha da commodity" e precisa valorizar os produtos com valor agregado, industrializados.

— A política tributária mineral premia o exportador de commodities e pune quem agrega valor no território nacional. A gente precisa inverter essa lógica, o que fazem os países que querem avançar na estratégia de industrialização — afirmou.

Projeto não estabelece preços de referência para royalties

A proposta de novo marco regulatório estabelece que os royalties da mineração sejam distribuídos entre municípios, estados e União, em porcentagens de 65%, 23% e 12%, respectivamente. No entanto, segundo Maria Amélia Enríquez, não foram estabelecidos os preços de referência para a cobrança dos royalties, o que prejudicaria a exportação e a fiscalização.

— Alguém que extrai calcário, mas vende cimento. Eu vou cobrar em cima de quê? Qual o preço do calcário, se eu não tenho receita do calcário? Eu teria que ter um baliza para dizer em cima de qual valor. O IBGE poderia fazer uma apresentação desses preços de referência, que serviriam tanto para quem recolhe, quanto para quem fiscaliza — exemplificou.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, Elmer Salomão, disse que o governo fez o projeto a portas fechadas. Para ele, isso dificultará a aprovação do novo marco regulatório pelo Congresso.

— Só depois que vazou a

informação de que havia um novo marco em processamento é que as empresas e as instituições se manifestaram. Então começou a haver um certo diálogo, mas era mais um monólogo. Apresentamos nossas sugestões, mas poucas foram utilizadas — relatou Salomão.

O empresário criticou ainda o fato de o projeto não dar espaço às empresas juniores, que hoje respondem por 60% dos investimentos em exploração mineral no mundo. Segundo Salomão, as empresas, que possuem uma administração ágil, têm a capacidade de identificar projetos de mineração e mobilizar capitais de risco para executar as pesquisas minerais e revelar as jazidas.

Salomão condenou a aplicação de recursos públicos na pesquisa mineral em investimento de pleno risco, prevista no projeto. Segundo ele, desloca-se da iniciativa privada o uso de capital de risco para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que irá selecionar as áreas para leilões e para empresas públicas.

Instalação da comissão da MP do Mais Médicos é adiada

Falta de quórum impediu ontem a instalação da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 621/13, que cria o Programa Mais Médicos. A matéria é polêmica e tem recebido críticas das entidades médicas.

O deputado Rogério Carvalho (PT-SE), indicado para relatar a proposta, afirma que houve obstrução. Segundo ele, parlamentares que também

são médicos estavam no Plenário da comissão, mas não assinaram a lista de presença.

— É da luta política. É legítimo que eles não queiram que a matéria tramite e o debate aconteça — disse.

Uma nova reunião para a instalação do colegiado foi marcada para a terça-feira. O deputado Mandetta (DEM-MS) afirmou que a estratégia é forçar o governo

a dialogar com as entidades representativas.

— É bom que não tenha dado quórum porque dá tempo ao Executivo de procurar o entendimento e esclarecer alguns pontos — declarou.

Outras medidas

Devido a um pedido coletivo de vista, foi adiada para terça-feira a votação do relatório sobre a Medida Provisória

614/2013 na comissão mista que analisa a matéria. A MP dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos do magistério federal.

A comissão mista criada para analisar a Medida Provisória (MP) 623/2013 foi instalada ontem. O deputado José Airton (PT-CE) foi eleito presidente, e o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ficou com a vice-presidência.

A MP trata de operações de crédito rural para empreendimentos localizados na área de da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) foi eleito presidente da comissão mista da MP 618/2013. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) será o relator. A MP trata da ampliação do capital social da Valec, estatal ferroviária brasileira.

Jorge Viana comemora queda no custo da cesta básica em julho



Waldecir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a queda, em julho, do preço da cesta básica em 18 capitais brasileiras.

— Houve uma queda do valor da cesta básica, aqui, em Brasília, por exemplo, de 8,8%; em Florianópolis, de 7%; em Porto Alegre, de 7%, em Goiânia, de 7%. A inflação está dentro da meta já nesse mês, como bem tinha colocado o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e a presidenta Dilma Rousseff — observou.

Magno Malta critica reação de Dilma a protestos de rua



Moreira Meniz/Agência Senado

Magno Malta (PR-ES) reprovou a resposta da presidente Dilma às manifestações dos últimos meses, afirmando que

"não era o discurso que queriam ouvir". Para ele, Dilma reagiu aos protestos com uma reforma política que não foi pedida e sem citar os avanços sociais desde o governo Lula.

— Ficou parecendo que o Brasil é uma Etiópia, que não tem nada — lamentou. Ele disse que esperava que Dilma cobrasse dos empresários de transporte público as desonerações concedidas ao setor.

Sérgio Souza lamenta violência e impunidade em Curitiba



Waldecir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) comentou, na terça-feira, reportagens do jornal *Gazeta do Povo* que revelam o alto índice de violência e a evidente impunidade em Curitiba.

Segundo o jornal, Curitiba teve 5.806 homicídios entre 2004 e 2013, mas só 1.314 chegaram ao Judiciário como ação penal.

— Fica evidente a sensação de impunidade e, pior que isso, a mensagem transmitida aos assassinos é de que as chances de serem presos são reduzidas, o que se transforma no incentivo à prática de novos delitos.

Anibal Diniz relembra revolução em que Brasil conquistou o Acre



Waldecir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou na terça-feira o aniversário da Revolução Acriana, que culminou com

a cessão, ao Brasil, da área que hoje é o estado do Acre. Os residentes na região se revoltaram contra a Bolívia, que detinha soberania sobre a área. Para o senador, a revolta mostra que os moradores escolheram ser brasileiros.

— Os acrianos são brasileiros por opção. Fizeram uma guerra contra a Bolívia para conquistar esse vasto território para o povo brasileiro — afirmou o senador.

Ana Amélia quer resposta sobre perda de fundos de pensão

Ana Amélia (PP-RS) confirmou o comparecimento ao Senado, no dia 20, do diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo.

Rabelo deve prestar informações sobre a atual fiscalização dos fundos de pensão, principalmente depois da publicação de dados sobre a queda de rentabilidade deles. Ana Amélia citou os prejuízos ao Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ) com aplicações em ações do Grupo EBX, de Eike Batista.

Pró-Infância ajudará a universalizar educação básica, afirma secretário

Representante do Ministério da Educação diz que governo tem condições de cumprir até 2016 a meta de oferecer escola aos brasileiros de 4 a 17 anos

O SECRETÁRIO DE Educação Básica do Ministério da Educação, Romeu Weliton Caputo, disse que o governo tem condições de cumprir, até 2016, a meta da emenda que prevê universalização do ensino básico para a população de 4 a 17 anos (EC 59/2009).

Caputo participou, ontem, da audiência na Comissão de Educação (CE) sobre o Pró-Infância, programa do governo para a aquisição de equipamentos e construção de creches e pré-escolas públicas. Segundo ele, o programa tem permitido a construção de 1.500 unidades por ano, abrindo 1,5 milhão de vagas.

— Até 2016, temos razoável segurança de que vamos cumprir a Emenda 59. Devemos chegar lá com uma condição de atendimento melhor em creches e pré-escolas — disse.

Mariza Abreu, consultora



Romeu Weliton Caputo, Ângela Portela, Mariza Abreu e José Carlos Wanderley em audiência na Comissão de Educação

Pedro Franco/Agência Senado

da Confederação Nacional de Municípios, advertiu que a expansão dos ensinos médio e fundamental pode ocorrer sem a necessidade de adoção de novos prédios e instalações, mas não há como fazer creche ou berçário no mesmo prédio do ensino fundamental, por exemplo.

Manutenção

Segundo Mariza, os prefeitos reclamam dos custos de manutenção das novas escolas. O nível sociocultural das famílias é outra variável importante:

— Só matrícula não basta, é preciso qualidade. Alguns estados têm atualmente alta taxa de atendimento a crianças de 4 e 5 anos, mas também

têm índice elevado de crianças não alfabetizadas aos 8 anos de idade. É o caso de Alagoas, Maranhão e Pará — disse.

Cícero Lucena (PSDB-PB), que requereu a audiência, teme que muitas prefeituras não consigam manter as unidades escolares a serem construídas pelo Pró-Infância. O senador também questionou a adoção de um padrão para atender todas as regiões do país e os valores cobrados por algumas empresas vencedoras de licitações para a construção das instalações.

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Carlos Wanderley, explicou que os prédios de creches são

pré-moldados e feitos pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), por meio de pregão eletrônico. Segundo ele, os projetos tiveram a participação de laboratórios especializados em zonas bioclimáticas, conforme a região. Acrescentou que a padronização é para facilitar para as prefeituras, que não são obrigadas a seguir o modelo. Em relação à fiscalização, ressaltou que as próprias prefeituras têm responsabilidade sobre a obra e a empresa tem que informar como andam os trabalhos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a federalização da educação de base e a adoção de uma carreira nacional do magistério.

Comissão aprova incentivo a alimentação saudável

O poder público poderá ser obrigado a promover ações de incentivo à alimentação saudável de crianças e adolescentes. É o que determina projeto de Gim (PTB-DF) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria já foi aprovada pela Comissão

de Direitos Humanos (CDH) e recebeu decisão terminativa da CAS.

O objetivo do PLS 294/2012, explica o autor, é reduzir o consumo de alimentos com alto teor de gordura saturada, gordura trans, sódio e açúcar, e de bebidas de baixo valor

nutricional. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

Entre as medidas, o senador sugere o controle da publicidade dos alimentos não saudáveis, especialmente da voltada para crianças e jovens; a adoção de normas

de rotulagem de alimentos que garantam as informações indispensáveis para orientar escolhas mais saudáveis; e a restrição da oferta de alimentos não saudáveis na escola.

A relatora na CAS e na CDH, Ângela Portela (PT-RR), resalta que, segundo o IBGE, em 2009, uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estava com peso acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ela observou que 80% das crianças brasileiras ingerem açúcar em quantidade maior do que a recomendada e 89% consomem gordura acima dos padrões considerados saudáveis.



Waldemir Moka (D) comanda reunião da CAS com Rollemberg, Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Davim e Paulo Paim

Avança projeto que aumenta segurança para intercâmbio

Projeto que busca dar mais segurança a estudantes ou trabalhadores que fazem intercâmbio em outros países foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 544/2011) segue agora para a Comissão de Educação.

A intenção da autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é dar mais garantias ao consumidor, tornando obrigatório que as informações sobre remuneração, carga horária, natureza da atividade, cargo,

atribuições, moradia e demais dados estejam explícitas e precisas no contrato de trabalho ou estudo. “Estudantes vêm sendo ludibriados com propostas falsas sobre intercâmbio de estudo e trabalho, e acabam em condições sub-humanas de moradia e trabalho”, revelou Vanessa.

O relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), apresentou emenda substitutiva para inserir o teor da matéria na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), em vez de criar um dispositivo.

Reitores pedem ajuda da União para universidades estaduais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), João Carlos Gomes. O grupo reivindica apoio para a inclusão nos gastos da União do custeio das 41 universidades estaduais e municipais de 22 estados

Segundo a Abruem, as universidades têm cerca de 700 mil alunos espalhados pelo interior do país ao custo de R\$ 18 mil a R\$ 20 mil por ano

cada um. Os reitores reivindicam, em projeto de lei, que o governo federal entre com R\$ 2 mil reais por ano por aluno. Defendem ainda a redução da contrapartida dos repasses da União, que varia entre 10% e 20%, para 1%, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011, alterada em 2012.

Renan achou justo o pleito e vai conversar com o relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE). (Com a Secretaria de Imprensa da Presidência).

Para Casildo, liberação de créditos do Plano Agrícola é lenta

O governo demora a liberar os créditos anunciados há dois meses, no âmbito do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para 2013 e 2014, afirmou Casildo Maldaner (PMDB-SC). Os recursos são destinados ao financiamento da produção agropecuária, no programa antes chamado de Plano Safra.

— Bancos, agências de fomento e cooperativas de crédito, que farão o repasse, precisam aguardar uma portaria do Ministério da Fazenda para equalização da taxa de juros. Precisamos de agilidade nas ações — disse.

Cristovam quer ouvir jovens manifestantes em sessão no Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que o Senado receba em Plenário representantes dos jovens que organizaram as manifestações populares ocorridas em todo o país no mês de junho. O senador defendeu que os jovens exponham no Parlamento opiniões e reivindicações sobre a situação do país. Cristovam citou pesquisas mostrando que a maioria dos brasileiros são favoráveis aos protestos e consideram que o Estado deve ser responsável pela educação e pela saúde.

Pinheiro comemora sanção do Estatuto da Juventude

Ao comemorar ontem a sanção, pela presidente Dilma, do Estatuto da Juventude, Walter Pinheiro (PT-BA) alertou para a necessidade de a sociedade brasileira, incluindo a classe política e, sobretudo, a juventude, manter-se constantemente em alerta visando conquistar novos direitos para os jovens. Segundo o senador, o estatuto deve ser ponto de partida para a garantia de mais direitos.

— A consagração dessas regras ou até desses desejos em instrumento normativo não pode nos acomodar.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado terá audiência pública de iniciativa popular

Essa será a primeira vez que um tema sugerido por meio do Portal e-Cidadania do Senado será discutido em audiência pública; proposta de debate sobre profissão de fisioterapeuta teve 10 mil apoiadores

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública para discutir a inclusão da profissão de fisioterapeuta entre os serviços especializados de segurança e medicina do trabalho, definidos em norma regulamentadora (NR 4) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Essa será a primeira audiência pública de iniciativa popular sugerida por meio do Portal e-Cidadania do Senado. Recomendada por Tiago Amaral, a iniciativa obteve apoio de mais de 10 mil cidadãos.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Waldemir Moka (PMDB-MS), informou que o e-Cidadania é um instrumento de interação do Senado com a sociedade por meio do Portal do Senado e das redes sociais, "voltado para o debate de temas legislativos e para fomentar o diálogo resultante da representatividade parlamentar".

A interatividade entre a sociedade e o Senado, ressaltou a senadora Ana Amélia (PP-RS), é muito importante para a atividade legislativa. Ela lembrou que a sociedade participou ativamente, por meio da internet, nos debates sobre acidentes de motocicletas.

Waldemir Moka também informou que o Congresso Nacional recebeu na segunda-

-feira outra sugestão de iniciativa popular, um projeto de lei complementar para aumentar o orçamento da rede pública de saúde. A iniciativa foi do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública — o Saúde+10, que colheu mais de 2 milhões de assinaturas.

A proposta determina aplicação de 10% da receita corrente bruta da União no Serviço Único de Saúde (SUS), excluídas as restituições do Imposto de Renda.

Ações de saúde

Moka observou que o Parlamento já examinou a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento de ações e serviços públicos de saúde, mas não definiu os percentuais a serem investidos pelo governo federal. Ele informou que a lei complementar que

regulou a Emenda 29 definiu investimento de 12% da arrecadação dos estados e 15% dos municípios para aplicação na área da saúde.

— É aí que está a chamada injustiça. Obriga-se município, obriga-se estado, e o governo federal, que é quem fica com a maior parte da arrecadação dos impostos, não tem obrigação com nenhum percentual — disse Moka, ao observar que, agora, o Congresso tem a oportunidade de corrigir a lei complementar.

Humberto Costa (PT-PE) informou que comissão constituída por representantes do governo e do movimento Saúde+10 vai apresentar, em 30 dias, uma proposta consensual. O senador disse que o movimento vai se reunir com os relatores da matéria na Câmara para organizar a reunião com o governo.



Moka, presidente da CAS, destaca o papel do Portal e-Cidadania na interação do Senado com a sociedade

Marcos Oliveira / Agência Senado



Moreira / Agência Senado

O Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal, instituído por ato da atual Comissão Diretora, realizou ontem a segunda reunião ordinária para discutir, entre outros pontos, o regimento interno. No encontro decidiu-se pelo encaminhamento à Comissão Diretora de propostas formuladas pelo conselheiro Claudio Abramo, da entidade Transparência Brasil, que visam aperfeiçoar os modelos de disponibilização de informações por parte da Casa. Integrado por representantes do Senado e da sociedade, o conselho é presidido pelo secretário de Transparência, Carlos Mathias (C).

Renan promete interceder por aeronautas aposentados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se comprometeu a interceder junto à presidente Dilma Rousseff por uma solução para o fundo de pensão Aerus, que reúne 10 mil aposentados e pensionistas que trabalharam nas empresas aéreas Varig e Transbrasil.

Representantes do grupo

foram recebidos ontem por Renan Calheiros, quando pediram apoio para marcar audiência com a presidente da República, já solicitada em requerimento assinado pelos senadores do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), Paulo Paim (PT) e Ana Amélia (PP); e pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Paim pede solução imediata para os beneficiários do Aerus

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu um acordo com os líderes para que o projeto de sua autoria que autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas do fundo Aerus (PLS 147/2010) seja apreciado o mais rápido possível no Plenário. Representantes dos aposentados do fundo de pensão (dos

ex-funcionários das empresas aéreas Varig e Transbrasil) acompanharam a sessão no Plenário. O senador prometeu se juntar ao grupo em uma possível vigília no Congresso. Paim fez um apelo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Executivo encontrem uma rápida solução para esses aposentados.

Texto inclui engenharia, arquitetura e agronomia em carreiras de Estado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que inclui as atividades de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, quando realizadas por servidores públicos efetivos federais, estaduais e municipais, nas carreiras consideradas essenciais e exclusivas de Estado. Agora, o texto segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLC 13/2013 é do deputado José Chaves (PTB-PE). A relatora na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS), acatou o texto. As carreiras típicas de Estado incluem diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras.

Comissão aprova mil novos cargos de especialista em meio ambiente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que cria mil novos cargos na carreira de especialista em meio ambiente. Agora, o projeto (PLC 60/2011), de autoria do Executivo, seguirá para votação no Plenário.

A criação desses cargos vai suprir demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Eles resultam da transformação de 2.535 cargos vagos das carreiras da Previdência, da Saúde e do Trabalho, operação que, segundo a justificativa contida no projeto, não deverá gerar aumento de despesa para o Executivo.

Avança projeto que estimula criação de unidades de medicina legal

A CCJ aprovou ontem projeto para estimular a criação de unidades de serviço de medicina legal em regiões metropolitanas e cidades do interior. Pela proposta (PLS 20/2012) de Vital do Rêgo (PMDB-PB), estados e o Distrito Federal, responsáveis pela atividade, devem adotar providências legislativas e administrativas para que os serviços de medicina legal sejam prestados em tempo hábil. Para o autor, há expressiva demanda da sociedade pela criação de unidades em quantidade adequada.

A proposta recebeu decisão terminativa e agora deverá seguir para a Câmara, a menos que seja apresentado recurso para exame pelo Plenário do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta, que agora vai para a Câmara, tem como objetivo garantir atendimento médico a moradores de regiões que não contam com profissionais da saúde

Senado aprova permissão para que médico militar atue também no SUS

OS SENADORES APROVARAM por unanimidade a proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza os médicos de carreira militar a trabalhar também no Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a votação foi sugerida por senadores da base do governo e tem o objetivo de fortalecer o Programa Mais Médicos.

— Ontem, na reunião com os líderes, acertamos votar essa matéria para que o SUS possa utilizar médicos militares, que é uma reserva importante, e tenho a absoluta convicção de que ajudará na prestação de serviço à população — disse.

Pela PEC 122/2011, os profissionais de saúde do Exército, da Marinha e da Aeronáutica poderão acumular o cargo



Médica militar durante atendimento em Tabatinga, município do Amazonas

com funções na rede pública, em horários alternativos.

A expectativa do governo é de que 6 mil médicos da carreira militar sejam contratados por prefeituras e estados.

Para acelerar a aprovação da proposta, os senadores dispensaram o interstício previsto na

Constituição para a aprovação de PECs, realizando os dois turnos de votação ontem.

O relator foi Eduardo Lopes (PRB-RJ) — suplente do autor do projeto, o senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

— Um médico militar poderá atender a população também

em hospitais públicos da região. Teremos mais médicos na atenção básica e mais especialistas — afirmou.

A votação foi acompanhada pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Vários parlamentares elogiaram a proposta, mas alguns, como José Agripino (DEM-RN), lembraram que a medida não soluciona os problemas da saúde pública.

A PEC ainda precisa passar por dois turnos de votação na Câmara. O governo tem interesse em aprovar rapidamente a matéria, que complementa o Programa Mais Médicos, instituído pela MP 621/2013. A instalação da comissão mista que analisará essa MP foi adiada para a próxima terça-feira. (Com informações da Agência Brasil)

Para senadores, PEC fortalece rede pública de saúde

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o médico militar “muitas vezes já atende comunidades indígenas sem ter remuneração e condições apropriadas”. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a PEC “não força as pessoas a irem para lugares que elas não querem”.

Também apoiaram a PEC Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PPRS), Eduardo Braga (PMDB-AM), Wellington Dias (PT-PI), Paulo Davim (PV-RN), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Magno Malta (PR-ES), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Lídice da Mata (PSB-BA), Jorge Viana (PT-AC), Anibal Diniz (PT-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Gim (PTB-DF) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

Para Mário Couto (PSDB-PA), os problemas da saúde não serão resolvidos só com mais médicos. José Agripino (DEM-RN) disse que há unidades de pronto atendimento fechadas no Rio Grande do Norte porque as prefeituras não têm verbas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a PEC é mais uma iniciativa para melhorar a saúde.

Proposta favorece população do interior, diz ministro

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, comemorou a aprovação da PEC 122/2011 no Senado.

— Isso pode viabilizar um conjunto de médicos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e outros médicos que trabalham em corporações militares dos estados para atender à população pelo SUS — disse.

O ministro explicou que a

PEC pode autorizar o aproveitamento também do corpo de bombeiros e da polícia militar nos estados.

Os profissionais podem trabalhar em horários alternativos e plantões de fim de semana, atendendo em postos de saúde e unidades de pronto atendimento (UPAs), por meio de contratos temporários com prefeituras ou governos estaduais.

— Há vários médicos da carreira militar que são especialistas. Então, pode ser uma oferta de radiologistas, ginecologistas, obstetras e médicos para tratamento do câncer — afirmou.

Padilha também destacou que a medida atende principalmente as regiões de fronteira, a Amazônia e o interior do país, áreas em que há batalhões das três Forças.



O ministro Alexandre Padilha (D) acompanha a votação no Senado

Comissão aceita voto em trânsito em eleição estadual e municipal

O direito de voto em trânsito em eleições estaduais e municipais pode se tornar lei. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, o PLS 130/2013, de Ruben Figueiró (PSDB-MS), que assegura a possibilidade. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta será enviada para Câmara. Hoje, a lei permite que o eleitor vote fora do domicílio eleitoral nas eleições para presidente da República.

Aprovada inclusão de 5 cidades goianas na região do Entorno do DF

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que inclui os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás, São João d'Aliança, Gameleira de Goiás, Cabeceira Grande e Flores na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Foram 53 votos favoráveis, 1 contrário e 2 abstenções. De autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o PLS 410/2012 — Complementar vai agora para a análise da Câmara dos Deputados.

Passa em Plenário gratificação para servidores da fronteira

Audidores da Receita e policiais federais e rodoviários federais que trabalham em região de fronteira poderão ter direito a indenização, de acordo com o PLC 47/2013, aprovado ontem pelo Plenário. O projeto estabelece um mecanismo de compensação pecuniária que busca minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para as políticas de segurança nacional. O trabalho nessas localidades dará ao servidor o direito de receber indenização de R\$ 91 por dia de trabalho.

Senadores acatam indicações dos líderes para o CNJ e o CNMP

O Plenário aprovou ontem duas indicações dos líderes partidários para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2013–2015. O consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira — indicado para o CNJ — recebeu 55 votos favoráveis e 6 contrários. O indicado para ocupar a vaga no CNMP, o advogado Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, recebeu 50 votos a favor e 6 contrários.

Presidente da CNI defende projeto sobre terceirização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, que pediu apoio ao projeto que regulamenta o trabalho terceirizado. O PL 4.330/2004 está na Câmara.

Andrade disse que a proposta

vai dar segurança jurídica ao trabalhador e às empresas, já que hoje “a legislação é dúbia”.

— Somos a favor de uma legislação que regulamente a terceirização para não haver questionamento na Justiça. E que empresas e trabalhadores possam ser terceirizados.

Parlamentares protestam contra rejeição de indicado para o CNJ

Senadores da oposição e da base protestaram contra a decisão tomada em votação secreta pelo Plenário de rejeitar a recondução do procurador da República Wellington Cabral Saraiva para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pedro Taques (PDT-DF), por

exemplo, disse que Cabral ocupou o cargo de conselheiro do CNMP por dois anos, sem haver irregularidade contra ele em seu mandato. Para ele, a decisão equivocada da Casa foi motivada por uma clara retaliação ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

TEXTO BENEFICIA EMPRESA COM FUNCIONÁRIO MAIS VELHO

As empresas poderão deduzir em dobro as despesas com salários e encargos sociais de empregado a partir de 50 anos. É o que prevê o PLS 131/2013, de Eduardo Amorim (PSC-SE), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Segundo o autor, os funcionários mais experientes sofrem a exclusão do mercado de trabalho na época da vida em que mais necessitam de estabilidade.

PEC DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS GANHA TRAMITAÇÃO ESPECIAL

O Plenário aprovou um calendário especial de tramitação para a PEC 45/2009, que cria ouvidorias públicas em órgãos estatais — as atividades do sistema de controle interno da União, dos estados e dos municípios contarão com controladoria, auditoria governamental, correição e ouvidoria. A intenção é ampliar os instrumentos de controle interno da gestão pública.

PROPOSTA SOBRE ADVOCACIA PÚBLICA VOLTA PARA COMISSÃO

O Plenário aprovou o requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e outros senadores para que a PEC 17/2012, que regula a advocacia pública nos municípios, seja encaminhada novamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para nova discussão. A proposta garante a organização do cargo em carreira e o ingresso por meio de concurso.

Durante sabatina na Comissão de Justiça, juíza falou na preservação do direito à igualdade e afirmou que os casais homoafetivos têm de ser tratados como um casal qualquer

Indicada ao CNJ defende reprodução assistida para casais homossexuais

A JUÍZA PAULISTA Deborah Ciocci, que possui doutorado em bioética e medicina legal, defende o direito dos casais homossexuais de ter filhos por meio da reprodução assistida. Ela argumenta que “o direito à procriação é um direito de todos e está garantido pela Constituição”. Esse foi um dos assuntos abordados por ela ontem, durante a sabatina que enfrentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Com 20 votos favoráveis e uma abstenção, a CCJ aprovou sua indicação ao Conselho Nacional de Justiça.

— Novas estruturas de convívio batem às portas dos tribunais. E temos de decidir sobre isso a partir das leis existentes e de parâmetros humanitários — ressaltou a juíza.

Questionada, após a sabatina, se a Justiça está na vanguarda da sociedade brasileira ao reconhecer direitos aos homossexuais, Deborah



Vital do Rêgo preside sessão da CCJ em que a juíza Deborah Ciocci foi sabatinada; indicação segue agora para o Plenário

afirmou que, na verdade, “a Justiça está simplesmente reconhecendo o direito constitucional à igualdade”.

Conciliação

Outro assunto discutido pela indicada foi o uso da conciliação como alternativa para a resolução de conflitos — medida que tem o apoio do Conselho Nacional de Justiça. A questão foi levantada pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da indicação de Deborah.

Ela declarou que, para a solução de litígios, os métodos alternativos são melhores que a decisão judicial.

— Pude ver isso muito claramente nas varas de família — frisou, citando sua experiência profissional.

A juíza destacou que, além de desafogar o Judiciário, a conciliação “é uma forma de se encontrar soluções por meio do diálogo e da paz”.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) perguntou a

Deborah qual é a posição dela sobre as varas especializadas. Taques questionou se a criação desse tipo de varas é uma solução viável quando há locais onde faltam condições mínimas para isso, como recursos humanos e físicos.

A juíza respondeu que não tem uma opinião definitiva sobre a questão, mas assinalou que “varas especializadas permitem ao juiz se especializar em um assunto ao aprender mais sobre o tema”.

Proposta de regras de sabatinas entra na pauta do Plenário

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 8/2011, que trata das regras da sabatina de indicados pela Presidência da República para cargos em órgãos do governo federal, agências reguladoras e embaixadas, terá prioridade de votação no Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem ter pedido à Secretaria-Geral da Mesa que a proposta seja incluída na pauta de votações.

Para o autor do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR), é preciso acabar com as sabatinas “mal instruídas e precárias”.

— Descobri que, em setembro de 2011, a Presidência comunicou ao Plenário que a proposição seria encaminhada à comissão especial de reforma do Regimento Interno do Senado. Ocorre que essa comissão simplesmente não existe. Não tem presidente, vice e relator. Meu projeto, apoiado pela unanimidade da CCJ, foi para o limbo — reclamou.

Mesa quer informações sobre acordos na área de inteligência

A Mesa do Senado decidiu ontem encaminhar pedido de informações ao ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, sobre acordos de cooperação celebrados entre o Brasil e outros países nas áreas de inteligência, contrainteligência, combate ao terrorismo, narcotráfico e

outros crimes transnacionais. O requerimento apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi motivado pela revelação, em julho, de um esquema de espionagem feito pelo governo dos Estados Unidos.

A espionagem americana monitorou inclusive o Brasil, conforme reafirmou na terça-feira o jornalista Glenn Greenwald, em audiência pública no Senado.

A Mesa aprovou ainda pedido de informações apresentado pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP),

sobre o valor dos restos a pagar do Orçamento da União nos últimos cinco anos. O requerimento será encaminhado ao Ministério do Planejamento.

Também foi aprovada pela Mesa uma série de requerimentos direcionados aos ministérios, requisitando informações sobre o quantitativo

de trabalhadores terceirizados em exercício. O pedido foi apresentado por Aécio Neves (PSDB-MG).

Os integrantes da Mesa decidiram ainda suspender o pagamento de uma parcela da gratificação de desempenho para servidores efetivos e comissionados da Casa.

Souza propõe menos burocracia para diminuir custo Brasil

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou ontem que a solução de grande parte dos problemas brasileiros está na redução do custo Brasil, o que só é possível com diminuição da burocracia e otimização dos modais de transporte.

O senador destacou audiência realizada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI) sobre a modernização da legislação mineral. Segundo Souza, os convidados afirmaram que uma licença ambiental demora dez anos. Para ele, diminuir a burocracia significa reduzir as dificuldades que são colocadas nos processos e, conseqüentemente, diminuir a corrupção.

— A corrupção está diretamente ligada à burocracia excessiva — observou.

Regime de contratações para a Copa impede fiscalização, diz Couto

Na avaliação de Mário Couto (PSDB-PA), o Congresso não pode fiscalizar os gastos do Executivo com a Copa do Mundo por causa do Regime Diferenciado de Contratações (RDC). Aprovado em 2011, o RDC prevê regras mais flexíveis para contratações e compras relativas ao evento.

— Nós estamos proibidos de fiscalizar, Brasil. Será que o povo brasileiro quer um governo deste tipo? — questionou.

O senador criticou os gastos com a construção de estádios. Enquanto isso, disse, a saúde do Brasil é prejudicada. O parlamentar também lamentou a situação da educação. Para ele, o governo da presidente Dilma Rousseff “abandonou a pátria” e “implantou a corrupção” definitivamente no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nos 7 anos da Lei Maria da Penha, Ana Rita pede votação de ajustes

No dia em que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) fez sete anos, Ana Rita (PT-ES) defendeu

ontem a aprovação de projetos de lei apresentados pela CPI da Violência Contra a Mulher. Relatora da comissão, ela afirmou que as mudanças tornarão a lei mais eficaz na prevenção da violência doméstica contra mulheres. Uma delas estabelece que o juiz deve se manifestar sobre as medidas protetivas mesmo depois da condenação. Outra determina que juiz e Ministério Público sejam comunicados em até 24 horas sobre encaminhamento da vítima de violência às casas de abrigo para que possam decidir de imediato sobre a necessidade de medidas protetivas contra o agressor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias critica repasse de dados de eleitores a empresa

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou indignação com o acordo prevendo o repasse de dados cadastrais de 141 milhões de eleitores pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a empresa Serasa Experian.

O senador lembrou que a empresa gerencia um banco de dados sobre a situação de crédito dos cidadãos, consultado pelo comércio antes de oferecer crédito a um cliente.

Segundo ele, a presidente do TSE, Cármen Lúcia, afirmou não ter havido determinação da Presidência para o acordo e que recomendou a suspensão.

— Seria bisbilhotagem oficial: a vida de eleitores devassada por meio de informações indevidamente fornecidas — concluiu Alvaro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Collor cobra diálogo contra crise de governabilidade

Fernando Collor (PTB-AL) avaliou negativamente o ambiente político e cobrou maior diálogo do Congresso com o Poder Executivo para responder às demandas da população nas ruas. Ele vê esgotamento do sistema de “presidencialismo de coalizão”, que considera uma aberração brasileira.

— As causas de um possível estado de não governabilidade estão diretamente ligadas ao sistema presidencial, mas ainda ao modelo de coalizão baseada numa ampla, mas não tão sólida, base de apoio.

Ele defendeu a adoção do parlamentarismo e propôs a convocação do Conselho da República para refletir e debater o momento que o Brasil vive.



Waldemir Barreto/Agência Senado